

# Do funcionamento dos *media* à crise da modernidade: o espaço público e os seus simulacros

*Moisés de Lemos Martins*  
*Universidade do Minho - Portugal*

A minha proposta associa o actual funcionamento dos *media* à ideia de crise da modernidade. No seguimento da ideia de Tocqueville, que via como irreversível o divórcio entre crítica e opinião, e de Karl Krauss, que garantia que o jornalismo comia o pensamento, proponho que a actual utopia tecnológica de um *agora* virtual não passa de uma sobrevivência simulacral do Espaço Público.

A ideia de controlo da cultura e informação em que insisto é interior à própria cultura. Por injeção e mobilização tecnológicas, é meu entendimento que o nosso tempo acelerou e que a nossa modernidade entrou em crise. Ao interrogar os mecanismos de controlo da cultura e da informação, vou interrogar, pois, sobretudo, os efeitos na cultura das tecnologias da informação, que incluem os *media*. Vou interrogar, designadamente, a actual fusão da *teckné* com a *bios*, ou seja, a actual ligação da *técnica* com a *estética*. Proponho que esta ligação está na origem da actual estetização da política e do espaço público, convertidos num espaço agitado, excitado, sobreaquecido, que se esgota em emoção.

Estando nós privados de normas universais que nos destinem, é meu entendimento, no entanto, que os *media* não podem deixar de dizer a crise desta época, o seu mal-estar, a sua melancolia, embora também não possam deixar de figurar o horizonte de uma comunidade partilhada, sonhando com a redenção do humano, no combate por uma democracia a vir.

## Introdução

A minha proposta sobre mecanismos de controlo da cultura e da informação associa o actual funcionamento dos *media* à ideia de crise da modernidade. E por modernidade entendo a projecção no futuro de um propósito de emancipação humana. Karl Löwith (1991) fez remontar ao surgimento do cristianismo este propósito de emancipação histórica. Mas há quem veja o advento da modernidade apenas no dealbar do século XVIII, com o iluminismo.

Ao dizer que associo o actual funcionamento dos *media* à ideia de crise de modernidade, quero dizer também, em grande parte, crise dos Estados nacionais, ou seja, crise da sua soberania, em favor de estruturas políticas e económicas supranacionais, como o são, exemplo, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional, e também, a Comunidade Europeia, no caso europeu, e o Mercosul, no caso dos países da América Latina.

Não vou, pois, ocupar-me dos mecanismos de controlo da cultura e da informação ditados pelos Estados. Interessam-me antes os mecanismos de controlo transnacionais, que dizem respeito a todas as sociedades abertas. Deste modo, o meu propósito não se cinge a interrogar um Estado em crise. O que eu vou interrogar é a nossa modernidade, que é a de uma cultura em crise.

A ideia de controlo que proponho é, com efeito, interior à própria cultura. Por injeção e mobilização tecnológicas, o nosso tempo acelerou e a nossa modernidade entrou em crise. Em consequência, ao interrogar os mecanismos de controlo da cultura e da informação, vou interrogar, sobretudo, os efeitos na cultura das tecnologias da informação, que incluem os *media*. Vou interrogar, designadamente, a actual fusão da *techné* com a *bios*, ou seja, a actual ligação da *técnica* com a *estética*.

O tema da crise da modernidade não é novo. Por meados do século XIX, Tocqueville via como irreversível o divórcio entre crítica e opinião. E na Viena do princípio do século XX,

à frente de *Die Fackel*, Karl Kraus garantia que o jornalismo comia o pensamento (Bouveresse: 2001).

Fazendo hoje uma analítica da actualidade ciberespacial, Bragança de Miranda (1995: 129-148), considera a actual utopia tecnológica de uma *ágora* virtual como a forma final da sobrevivência simulacral do Espaço Público. É denunciado o velho esquema mítico, que do Jardim do Éden à Torre de Babel, e à sua actual translação na ideologia da cibercultura, fantasia uma sociedade de conhecimento total e de comunicação universal.

Quando nos anos setenta do século passado Pierre Bourdieu (1973) escreveu “L’opinion publique n’existe pas”, o que aí se jogava, a meu ver, era já a denúncia de uma ficção idealista e universalista de Espaço Público, uma ficção de que se alimentam os *media*, eles que, aliás, a criaram. Na mesma ordem de idéias, de uma ficção idealista e universalista de Espaço Público, como espaço do consenso social, Daniel Bougnoux (2002: 277) fala hoje da convivência fatal entre *media*, empresas de sondagens e políticos.

### **Espectáculo e emoção**

A actual lógica mediática inscreve-se na concepção clássica do espectáculo, teorizada nos anos sessenta por Guy Debord, e exprime o princípio da estetização do mundo, ao administrarmos, a todo o tempo, “terror sem horror, comoção sem emoção, compaixão sem paixão” (Cruz, s.d.:112).

O horror, a emoção e a paixão são sentimentos dinâmicos, são sobressaltos, desassossegos da alma, que conduzem à acção. São a antecâmara da acção crítica e da acção política. Em contrapartida, o terror, a comoção e a compaixão são sentimentos passivos e extáticos. Paralisam-nos, o que significa que correspondem a uma adesão ao estado do mundo.

Com terror, comoção e compaixão, os *media* exacerbam a nossa sensibilidade, travestindo de uma euforia puxada à manivela a aventura humana. Por exemplo, a exposição

pública da dor privada, seja consentida, ou seja feita à revelia dos direitos individuais, assim como o recurso frequente a formas de discurso intimistas e a estímulos de presentismo e comoção, configuram uma espécie de exacerbação do emotivo, própria de um tempo que sentimos como melancólico, um tempo que já nenhum sentido histórico destina, por não ser já comandado pelo princípio escatológico, que lhe garanta uma emancipação final (Martins, 2002 b: 75).

Submetidos à lógica do espectáculo, ou seja, empolgados pela excitação e pela euforia, os *media* constituem o reverso, todavia, de uma sociedade apática, adesivista e capitulacionista. Nas palavras de Debord (1991: 16), “a sociedade moderna acorrentada [...] não exprime senão o seu desejo de dormir”. E o espectáculo “é o guardião deste sono” (*ibidem*).

A emoção, até há pouco erradicada do discurso jornalístico pelo desejo de objectividade, regressa agora em frenesim, numa intimação da sensibilidade exacerbada, e regressa tanto na imprensa tablóide, como também na imprensa dita de referência. Mais do que fazer “l'éloge de la raison sensible” (Maffesoli, 1996), a informação é hoje agitada pelo *pathos*, ou seja, pela intensidade, pela euforia, pela excitação e pela efervescência, a ponto de o jornalismo se estar a refundar como uma profissão quase irreconhecível. Ao discurso distante, racional, objectivo, referencial, opõe-se hoje um discurso sensível, comovido e efervescente, um discurso exacerbado emocionalmente. E é a três níveis que a narrativa jornalística euforiza a experiência humana: por um lado, exprime a exacerbação dos próprios actores da notícia; por outro lado, declina uma agitação efervescente dos jornalistas, justificada pela impossibilidade de resistirem ao apelo sensível da condição humana; finalmente, intensifica a emoção no público, seja ele leitor, ouvinte ou telespectador.

Há, porém, neste “fazer-se sentir” dos *media*, nesta “experiência do presente”, nesta experiência da flagrância do permanente nascimento do mundo, como podemos dizer numa

glosa a Mário Perniola (1993: 104), uma espécie de desespero, uma avidez e voracidade, que resultam numa “confusão entre informação e sensacionalismo” (Oliveira, 2005). Estimular sentidos com o fervor da actualidade é, todavia, um sortilégio que, no início do século XX, Karl Kraus reconheceu à imprensa, dada a sua vocação para transformar “emoções e paixões moderadas em histeria e folia, [...] o orgulho nacional em delírio nacionalista e em xenofobia e [...] o medo em pânico” (Bouveresse, 2001: 51).

Dado este enquadramento, a questão que eu gostaria de colocar é a seguinte: fazendo-se sentir, os *media* não querem que pensemos. Por exemplo, quando estão em causa tragédias e catástrofes, acidentes mortais, actos tresloucados que semeiam sofrimento e morte, crimes hediondos que desafiam qualquer racionalidade, e também, efeitos de uma qualquer catástrofe natural, seja temporal, terramoto ou ciclone, o ângulo de observação, ou seja, a perspectiva escolhida, é o de um delíquio de emoções e o efeito que se segue é o de um fascínio paralisante.

Nestas circunstâncias, não existe lugar para o menor questionamento. Esta é, todavia, uma dimensão de análise que se situa ao nível daquilo que é dito e mostrado pelos *media*. Mas importa ir mais além, nomeadamente quando falamos de uma realidade tão sensível como a da mediatização de actos tresloucados, que semeiam sofrimento e morte, ou de crimes hediondos, que desafiam qualquer racionalidade.

As propostas de Elisabeth Noelle-Neumann (1984) na sua “teoria da espiral do silêncio” ajudam-nos, entretanto, a considerar essas dimensões. A teoria de Noelle-Neumann insiste sobretudo num aspecto particular. Refiro-me ao facto de os meios de comunicação social poderem operar em espiral. Dada a natureza gregária do homem, propõe Noelle-Neumann que cada um de nós tende a aproximar-se daquilo que pensa ser a opinião maioritária em determinado momento. Nestas circunstâncias, ao reproduzirem a ordem dominante, os *media*

contribuiriam para impedir o isolamento social do indivíduo. Todavia, ao centrarem-se nas opiniões dominantes, os *media* deixam de fora do *plateau* da notícia não apenas fenómenos sociais importantes, como também muitos dos seus actores, condenando-os desse modo ao silêncio.

Neste entendimento, é tão importante interrogar os actos tresloucados, que semeiam sofrimento e morte, ou os crimes hediondos, que desafiam qualquer racionalidade, como discutir aquilo que os jornais deixam de fora das suas páginas e os jornais radiofónicos e televisivos não inserem nos seus alinhamentos. Estou a pensar nas fontes que não são ouvidas, nos ângulos de observação que não são tidos em conta e, sobretudo, tenho em atenção o desenvolvimento de casos que, de um momento para o outro, saem da agenda mediática sem chegarem a ter qualquer desenlace no espaço público.

### **Fechamento e abertura do espaço público**

Na perspectiva em que me coloco, pode dizer-se que é indiscutível a responsabilidade dos *media*, tanto pelas suas encenações, simulacros e euforias, como pelos seus silêncios, truncagens e evasivas, num fechamento da democracia. É sem dúvida de uma grande equivocidade o papel que os *media* hoje desempenham nas nossas sociedades, com o país real e os seus problemas a não terem correspondência com a encenação mediática que deles é feita. E os reguladores dos *media*, assinalados por alguns autores, por um lado o dinheiro (ou seja, o Mercado), por outro lado a política (isto é, o Estado), não estão à altura de explicar a actual estetização da política e do Espaço Público, ambos convertidos, por este meio, num espaço agitado, excitado, sobreaquecido, que se esgota em sensação e emoção (Martins, 2005).

Por sua vez, a técnica, designadamente as novas tecnologias da informação, do multimédia às redes cibernéticas e aos ambientes virtuais, permite que se formule a questão estética, dada a ligação que a *tékné* estabelece hoje com a *bios*, mas não

permite resolvê-la. A ideologia estética corresponde à proposta de um pensamento ontológico e despolitizado, configurando uma espécie de “situcionismo, disposto a fruir daquilo que se apresenta, daquilo que se dá a ver, daquilo que se dá a viver” (Maffesoli, 2000: 100). Diante do mundo, pois, nenhuma luta e nenhum protesto; apenas acomodação, aceitação e adesão. A ideologia estética significa, com efeito, o abandono do registo crítico, epistemológico e político. E a necessidade da sua dissolução obriga a que se considere, num primeiro momento, o “bloco alucinatório” (Miranda, s. d.:101) que na actualidade a técnica compõe com a estética.

A conjugação da metáfora tecnológica com a metáfora biológica, que faz funcionar num mesmo plano razão e emoção, técnica e estética, é pelo menos desde os anos sessenta, o objecto de uma radical interrogação feita por vários autores à cultura. Neste entendimento, os *media*, e fundamentalmente as novas tecnologias da informação, não apenas realizam a razão como controlo, como simultaneamente modelam a nossa sensibilidade e emotividade, produzindo o efeito alargado de uma estetização do quotidiano (Miranda, 1998).

Mas não é apenas a técnica que concorre para um fechamento da democracia. Também a profissionalização da opinião e a vedetização dos opinionistas vão nesse sentido, ao produzirem o efeito conjunto de rarefacção, vampirização e invertebralização do pensamento. Rarefazem o pensamento, pelo facto de os opinionistas serem sempre os mesmos, além de cada vez menos opinionistas falarem de cada vez mais assuntos. Vampirizam o pensamento, uma vez que os opinionistas glosam, a todo o tempo, um reduzido número de opinionistas, de um igualmente reduzido número de meios de comunicação, influentes no panorama mundial. Invertebralizam o pensamento, dado os *media* criarem consensos forçados. Mudos diante do curso do mundo, não exercem o pensamento crítico e não concorrem para nobilitar a diferença e o dissenso (Perniola, 2005).

## Notas finais

Concluo o meu ponto de vista, com uma palavra final sobre os efeitos emancipadores, que também residem nos *media* como possibilidades. Estando nós hoje privados de normas universais que nos destinem, e com o Mercado e o Estado num torvelinho vão para as substituírem, vivemos um tempo em que os *media* não podem deixar de dizer a crise desta época, o seu mal-estar e a sua melancolia, embora também não possam deixar de figurar o horizonte de uma comunidade partilhada, que sonhe com a redenção do humano, no combate por uma “democracia a vir”.

Remontando a Aristóteles, gostaria de glosar a sua ideia de equilíbrio, decorrente da conjugação dos conceitos de *logos*, *ethos* e *pathos*. Argumentei que os *media* se esgotam hoje, cada vez mais, em *pathos* (emoção). Mas o *pathos* não é razão suficiente para a construção de uma sociedade democrática. O *logos*, no sentido de uma razão crítica, e o *ethos*, no sentido de um caminho para a acção, são condições necessárias ao exercício da cidadania. Nestas circunstâncias, apenas no respeito pelo *logos* e pela *ethos*, os *media* poderão realizar-se como instrumentos essenciais da democracia.

## Referências

- BOUGNOUX, Daniel, 2002, “Comunicação e informação na modernidade” (entrevista feita por M. Martins, M. Pinto e F. Lopes), in *Comunicação e Sociedade*, n. 4, pp. 275-284.
- BOURDIEU, Pierre, 1980 [1973], “L’opinion publique n’existe pas”, in *Questions de Sociologie*, Paris, Minuit, pp. 222-235.
- BOUVERESSE, Jacques, 2001, *Schmock ou le triomphe du journalisme – La grande bataille de Karl Kraus*, Paris, Seuil.
- CERTEAU, Michel de, 1980, *L’invention du quotidien*, Vol. I, *Arts de faire*, Paris, Union Générale d’Éditions.

- CRUZ, Maria Teresa, s. d., “Da nova sensibilidade artificial”, in *Imagens e reflexões. Actas da 2.ª semana Internacional do Audiovisual e Multimédia*, Lisboa, Ed. Universitárias Lusófonas, pp. 111-116.
- DEBORD, Guy, 1991 [1967] *A sociedade do espectáculo*, Lisboa, Mobilis in Mobile.
- LÖVITH, Karl, 1991, *O sentido da história*, Lisboa, Edições 70.
- MAFFESOLI, Michel, 1996, *Eloge de la raison sensible*, Paris, Grasset.
- MAFFESOLI, Michel, 2000, *L’instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*, Paris, Denoël.
- MARTINS, Moisés de Lemos, 2002 a, *A linguagem, a verdade e o poder. Ensaio de semiótica social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MARTINS, Moisés de Lemos, 2002 b, “O trágico como imaginário da era mediática”, in *Comunicação e Sociedade*, n. 4, Braga, Universidade do Minho, pp. 73-79.
- MARTINS, Moisés de Lemos, 2005, “Espaço público e vida privada”, in *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 27, pp. 157-172.
- MIRANDA, J. Bragança de, 1995, “Espaço público, política e mediação”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 21-22, Lisboa, pp. 129-148.
- MIRANDA, J. Bragança de, 1998, *Política e modernidade. Linguagem e violência na cultura contemporânea*, Lisboa, Colibri.
- MIRANDA, J. Bragança de, s. d., “Crítica da estetização moderna”, in *Imagens e reflexões. Actas da 2.ª semana Internacional do Audiovisual e Multimédia*, Lisboa, Ed. Universitárias Lusófonas, pp. 92-105.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth, 1984, *The spiral of silence: public opinion – our social skin*, Chicago, The University of Chicago Press.
- OLIVEIRA, Madalena, 2005, “Olhando a morte dos outros”, comunicação apresentada ao IV Congresso da Sopcom (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação), Universidade de Aveiro (policopiado).

PERNIOLA, Mario, 1993, *Do sentir*, Lisboa, Editorial Presença.

PERNIOLA, Mario, 2005, *Contra a comunicação*, Lisboa, Teorema.

PONTE, Cristina, 2004, *Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa, Col. Media e Jornalismo, Livros Horizonte.